SUMÁRIO

PREFÁCIO IX
AGRADECIMENTOS XIII

INTRODUÇÃO 1
1. AGRONEGÓCIO - BREVES CONSIDERAÇÕES 3
   1.1 Conceito e Peculiaridades 3
   1.2 Financiamento Rural – Aspectos Históricos 4
2. ASPECTOS HISTÓRICOS DA EXECUÇÃO 11
3. ASPECTOS ESSENCIAIS DA TEORIA DO TÍTULO EXECUTIVO 21
   3.1 Natureza Jurídica do Título Executivo 21
4. TÍTULO DE CRÉDITO E TÍTULO EXECUTIVO 27
5. PRINCÍPIOS DA EXECUÇÃO CIVIL 31
   5.1 Princípio da Patrimonialidade 31
   5.2 Princípio do Exato Adimplemento 32
   5.3 Princípio da Máxima Utilidade da Execução 33
   5.4 Princípio do Menor Sacrifício do Executado 34
   5.5 Princípio da Boa-fé e o Venire contra Factum Proprium 35
   5.6 Princípio do Contraditório 40
6. LIQUIDEZ, CERTEZA E EXIGIBILIDADE 43
7. EXECUÇÃO FORÇADA E PROCESSO DE EXECUÇÃO 49
8. FORO COMPETENTE PARA PROCESSAMENTO DA EXECUÇÃO 59

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

9. PRINCÍPIOS ATINENTES AOS TÍTULOS DE CRÉDITO 63
9.1 Cartularidade 63
9.2 Autonomia 65
9.3 Literalidade 65
9.4 Abstração 67
9.5 Circulabilidade 69
9.6 Formalismo 70
10. CÉDULA DE PRODUTO RURAL 71
10.1 Origem 72
10.2 Legitimidade para Emissão da CPR/CPRF 73
10.3 Requisitos 75
10.4 Desnecessidade do Prévio Pagamento pelo Credor 79
10.5 Liquidação Financeira da CPR 83
10.6 Registro da CPR 84
10.7 Caso Fortuito e Força Maior 86
10.8 Impossibilidade de Entrega de Coisa Diversa, Ainda que Mais Valiosa 88
10.9 A Cédula de Produto Rural e a Cédula de Crédito Rural 89
11. GARANTIAS DA CPR E CPRF 95
11.1 Aval 97
11.2 Hipoteca 101
11.3 Alienação Fiduciária 102
11.4 Penhor 104
11.5 Defraudação da Garantia Pignoratícia 109
12. PROCEDIMENTO PARA EXECUÇÃO DA CPR FÍSICA 111
12.1 Execução para Entrega de Coisa Certa ou Incerta? 112
12.2 A Execução para Entrega de Coisa Certa no Projeto de Lei do Senado n. 166/2010 125
13. PROCEDIMENTO PARA EXECUÇÃO DA CÉDULA DE PRODUTO RURAL COM LIQUIDAÇÃO FINANCEIRA ... 127
13.1 Impenhorabilidade da Pequena Propriedade Rural, mesmo Oferecida em Hipoteca 132
13.2 Disposições Gerais 132
13.3 Bem de Família e Propriedade Familiar 135
13.4 Oferecimento do Bem em Hipoteca 137
CONCLUSÃO 145
REFERÊNCIAS 147

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br